



ENTREVISTA

Em entrevista ao Fenajufe Em Pauta, a juíza federal Salete Maria Polita Maccalóz, como uma metralhadora giratória, fala de pontos polêmicos que estão há tempos em discussão no Judiciário Federal e na política brasileira. De maneira bem clara e contundente, ela toca na ferida de muitos setores conservadores e reacionários da magistratura quando critica o atual conteúdo da Reforma do Judiciário e de alguns projetos, como a Lei da Mordaça e o foro privilegiado para ex-ocupantes de cargos públicos. Os servidores do Judiciário e do MPU que participarem das oficinas jurídicas da Fenajufe no Fórum Social Mundial terão a oportunidade de conhecer as posições da polêmica juíza.

— Páginas 4 e 5 —



Samuel Tosta



Marcela Corneli

Marcha de abertura do II Fórum Social Mundial

No III Fórum Social Mundial, a Fenajufe promove diversas atividades, em parceria com outras entidades, como o Sintrajufe/RS, a Coordenadora dos Servidores do Judiciário do Cone Sul e o Opinio Iuris Instituto de Pesquisas Judiciárias. Na pauta, entre outros temas, a democratização do serviço público e as implicações da Alca para os trabalhadores de toda a América.

— Página 6 —

OPINIÃO

O artigo da juíza do Trabalho de Santa Maria (RS), Mara Loguércio, **Sobre a Reforma do Judiciário**, aponta a necessidade de uma nova discussão em torno da matéria, com a participação das entidades representativas dos trabalhadores, dos magistrados e da sociedade civil. Segundo a juíza, os pontos que têm sido objeto de discussão não respondem às maiores preocupações, "senão

de forma truncada, ineficiente e perigosa". Ela critica, ainda, quando coloca que "o que se tem visto é uma Reforma que segue a Linha do Documento Técnico nº 319 do Banco Mundial, onde é planejada a reforma dos Poderes Judiciários da América Latina e do Caribe para viabilizar o desenvolvimento econômico".

— Página 3 —

Por uma Previdência 100% pública

O novo presidente da República assumiu o governo elegendo a reforma da Previdência como uma de suas prioridades. Ao que tudo indica, a necessidade dessa reforma é baseada num conjunto de falácias e omissões. A primeira grande questão que salta aos olhos é o desfalque de milhões de reais que, simplesmente, desapareceram dos cofres públicos, se realmente há um rombo. Na verdade, sabemos que a previdência historicamente é utilizada como alternativa de financiamento de vários projetos do Estado. Até usinas hidrelétricas já foram construídas com verbas oriundas da Previdência.

Para além disso, existe uma verdadeira indústria da desinformação que dissemina toda sorte de inverdades e parcialidades. Por conta da infiltração da concepção neoliberal na mentalidade econômica do país, todo debate econômico se restringe a uma visão monetarista. Isso associado à histórica visão patrimonialista do Estado, relega qualquer discussão de cunho social que se pretenda fazer em relação à Previdência.

Mas o governo, eleito pelos trabalhadores e que fez sua campanha alardeando a manutenção dos contratos, não poderá faltar justamente com aqueles contratos existentes em relação aos direitos dos trabalhadores. Sobretudo quando tantas e tamanhas dúvidas existem em relação a esse tema.

Não se pode aceitar que se discuta alternativas de financiamento da Previdência sem que uma auditoria aponte quem foram os responsáveis pela dilapidação do patrimônio. Antes de cobrar a fatura dos trabalhadores, é necessário que os responsáveis arquem com as consequências de sua improbidade.

Além disso, é preciso que o governo resolva, no campo administrativo, como equacionar a questão do patrimônio da Previdência sob uso de outros órgãos do Estado. É forçoso reconhecer que parte daquele patrimônio hoje está beneficiando áreas em que o governo deveria ter investido de qualquer forma, portanto não se trata de apontar um rombo, mas equacionar o uso do patrimônio.

Outra questão que tem que ser resolvida é a omissão do Estado no que se refere à parcela do empregador. No setor privado a relação é de uma parte de contribuição do empregador para duas do empregador. Para se ter uma idéia do que isso significa, segundo os dados do próprio governo, caso ele cumprisse com essa regra na contribuição, os recursos destinados hoje à Previdência no Judiciário seriam superavitários em relação ao que o governo recolhe e o que gasta.

Mais grave ainda é a tentativa de entregar aos fundos de pensão privados os recursos de uma Previdência Complementar. Além de abrir mão de uma poupança estratégica, o governo estará estimulando que a destinação desse capital deixe de atender à necessidade de investimentos na área social para aumentar a especulação financeira. É tarefa de todo funcionário público lutar contra o desmantelamento da Previdência Social.

Por isso, a Fenajufe chama todos os servidores do Judiciário e do MPU a aderirem à campanha em defesa de uma Previdência 100% pública.

EXPEDIENTE

Fenajufe em Pauta

Jornalista responsável: Leonor Costa - MTb 4941/DF
Diagramação: Cleiton Staats
Tiragem: 50 mil exemplares
Gráfica: Relevo
E-mail: fenajufe@fenajufe.org.br - Site: www.fenajufe.org.br

CURTAS

Marcha em apoio a Hugo Chávez

O apoio ao presidente da Venezuela, Hugo Chávez, cresce entre os movimentos sociais da América Latina. No último dia 13 de janeiro, organizações populares, intelectuais, artistas, comunicadores, dirigentes políticos, sociais, culturais e de direitos humanos da Argentina, residentes na Venezuela, realizaram uma marcha em solidariedade à República Bolivariana da República da Venezuela. De acordo com os organizadores, a manifestação serviu para mostrar o posicionamento de diversas lideranças do movimento popular ante a campanha desestabilizadora e golpista que se instalou no país. A marcha se encerrou na Embaixada da Venezuela, onde os manifestantes leram uma declaração conjunta que foi entregue ao presidente Chávez.

Declarações que geraram polêmicas

Mal assumiu o governo, o presidente Lula já assistiu à várias declarações polêmicas de alguns de seus ministros. Uma delas foi a do ministro do Trabalho, Jaques Wagner, que propôs extinguir a multa de 40% sobre o FGTS nas demissões sem justa causa. A proposta de Wagner provocou reação contrária nas centrais sindicais, nos sindicatos e federações e em entidades, como OAB e Anamatra. É unânime, entre o movimento sindical, a posição de que qualquer medida nesse nível, que mexa com a estrutura trabalhista, deva ser discutida amplamente com o governo e com os representantes dos trabalhadores. O presidente nacional da CUT, João Felício, defendeu a continuidade da multa de 40% "até como uma forma, ainda que não ideal, de compensar a baixa remuneração que o FGTS recebe, como para inibir dispensas". Já o vice-presidente da Anamatra, Grijalbo Coutinho, disse que não se pode pensar em retirar a multa sem antes mudar a legislação sindical.

Juízes no Fórum

Na segunda edição do Fórum Mundial de Juízes, em Porto Alegre, mais de 700 magistrados irão discutir, dentre os vários temas, "Poder Judiciário e Universalização dos Direitos". Entre os palestrantes, estão o sociólogo português Boaventura de Souza Santos; a francesa Mireille Delmas-Marty, da Corte Européia de Direitos Humanos; e o brasileiro Cláudio Baldino Maciel, presidente da AMB.

Um jornal de fato

Finalmente, o jornal Brasil de Fato - Uma visão popular do Brasil e do Mundo será lançado durante o III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Em expressivo ato político e cultural, no dia 25 de janeiro, às 20h30, os coordenadores do projeto, José Arbex Jr. e João Pedro Stédile, vão poder apresentar a milhares de pessoas do Brasil e do mundo o projeto desse novo jornal que está sendo construído pelas mãos do movimento popular. Na atividade, a presença de Hebe Bonafini, Aleida Guevara, Sebastião Salgado e Eduardo Galeano.



Sobre a reforma do Judiciário

Antônia Mara Vieira Loguercio (1)

Há mais de onze anos tramita no Congresso Nacional um conjunto de propostas de Emendas à Constituição a que se convencionou chamar de REFORMA DO JUDICIÁRIO. Suspensa com a mudança de legislação, parece destinada à retomada, com força invulgar, em face da expressão utilizada pelo Ministro da Justiça de precisar mudar tudo.

É consenso entre os operadores do Direito e entre os cidadãos brasileiros, a imperiosa necessidade de reformulação de vários pontos da disciplina constitucional e infra-constitucional do Poder Judiciário. A pergunta é: de que reforma estamos falando e a quem interessa? Márcio Tomáz Bastos, jurista e advogado renomado e ex-presidente do Conselho Nacional da OAB, notabilizou-se pelas posições corajosas em defesa da Advocacia e dos direitos humanos. Conhece profundamente o Judiciário, pela convivência diária e detendo no enfrentamento e superação.

Dentre eles avulta o tempo de tramitação dos processos. Sabem os cidadãos vitimados pela demora na prestação jurisdicional, que a JUSTIÇA, QUANDO TARDA, FALHA. Não menos problemático, e emblemático da necessidade de mudança, é o distanciamento da estrutura do Poder Judiciário das camadas mais carentes e, via de consequência, a dificuldade de acesso à prestação jurisdicional. Como causa dessas distorções, tem sido alegada a falta de controle do Poder Judiciário que fica imune à fiscalização das instituições representativas e da população.

Entretanto, os pontos que tem sido objeto das reformas constitucionais em andamento não respondem a tais preocupações, sendo de forma truncada, ineficiente e perigosa. O que se tem visto é uma Reforma que segue a Linha do Documento Técnico nº 319 do Banco Mundial, onde é planejada a reforma dos Poderes Judiciários da América Latina e do Caribe para, verbis: viabilizar o desenvolvimento econômico. Vale di-



Clécio Marques

A juíza Mara Loguercio na mesa sobre reforma do Judiciário, na 10ª Plenária da Fenjujfe. Junto com o deputado Nelson Pellegrino (PT/BA) e com os servidores, discutiu os pontos mais polémicos da matéria

zer, afiançar os empéullos colocados pela Justiça à atividade e à expansão dos grandes grupos empresariais de dentro e de fora do país. Se examinadas, perfunctoriamente, as diretrizes do Documento Técnico 319, percebe-se que podem ser resumidas em dois grandes vetores: a) rigorosa centralização das decisões administrativas, disciplinares e jurisdicionais nos organismos superiores do Poder Judiciário; b) crescente privatização da atividade jurisdicional do Estado, através dos denominados MARC – Mecanismos Autônomos de Resolução dos Conflitos.

Ambos plenamente contempladas, no Relatório ZULAIÉ COBRA, na Câmara dos Deputados, e no Relatório BERNARDO CABRAL, no Senado da República.

Não é outro o objetivo da previsão de

efeito vinculante das Súmulas dos Tribunais Superiores, da criação do Conselho Nacional da Magistratura e diminuição do quorum de 2/3 para maioria simples, nos julgamentos das questões disciplinares dos juízes, ambos com poderes para determinar o afastamento ou a perda do cargo por motivos ou critérios tão imprecisos como “o comportamento incompatível com o decoro da função” ou “a negligência cometar no exercício do cargo”.

Também, não parece casual a permissão e o estímulo legislativo aos meios alternativos de resolução dos conflitos. Com a legislação já existente, construída à margem da estrutura da PEC da Reforma, mas obedecendo aos mesmos desígnios, temos hoje quatro “graus” de solução dos conflitos sociais no Brasil:

a) a prestação jurisdicional estatal, positivamente inerte pela falta de condições humanas e materiais do Judiciário, aliada a uma legislação processual que propicia a procrastinação ad infinitum;

b) os Juzados especiais, limitados a causas de pouco valor econômico, critério que concurra ab initio toda a escala axiológica que se pretende veiculada ao valor JUSTIÇA. As questões que não envolvam grandes somas, podem ser dimitidas por “juízes” terceiros, sem a assistência do profissional habilitado (advogado) e sem a observância do devido processo legal. É a justiça semi-privativa que parece se destinar aos semi-direitos dos semi-cidadãos. É isso em nome de um falacioso acesso à Justiça. Ora, a garantia constitucional asseme nos incisos XXXVII e LV do art. 5º não é a facilidade de ajuzamen-

to da ação ou de pseudo-soluções simplificadas. Ao contrário, a garantia é de acesso à prestação jurisdicional plena. Quem busca o Judiciário, tem assegurado no mandamento constitucional, não a mera possibilidade de demandar em Juízo e sim a satisfação completa da pretensão deduzida;

c) a Mediação e a Arbitragem, ou justiça intrinsecamente privada, possibilidade que a parte economicamente mais poderosa pague os árbitros, com a sublevação completa da necessária isenção do ato de julgar. Sua aplicação em escala cada vez mais ampla, sobre negar JUSTIÇA à parte economicamente mais débil, transforma a prestação jurisdicional - tarefa essencial do Poder de Estado - em mercadoria de troca de cujo jogo não escapam nem mesmo valores como a dignidade ou a liberdade;

d) Finalmente, e restrita ao âmbito da Justiça do Trabalho, a famigerada Comissão de Conciliação Prévia constitui retrocesso histórico a tempos imemoriais da ausência de qualquer pacto social ou organização institucional e normativa que impunha a Lei do mais forte.

Cabe aos operadores do Direito, em todos os níveis e de todos os setores, o trabalho incessante de levantar e difundir a discussão ampla dos problemas do Judiciário, dos meios mais corretos para a solução dos mesmos e, sobretudo, dos interesses a que tal reforma deve obedecer. Antes que um aventureiro lance mão...

(1) Juíza do Trabalho Titular da 1ª Vara de Santa Marinha e Diretora Nacional de Divulgação do Opinião Jurídica Instituto de Pesquisas Jurídicas



Leonor Costa



Fotos Samuel Tosta

Em discussão: um novo Judiciário

A polêmica juíza Salete Macalóz atira em cheio em alguns setores da magistratura quando toca em questões que estão há tempos em discussão no Judiciário Federal e na política brasileira

Entrevista com a juíza titular da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro, Salete Macalóz

Por Leonor Costa e Sandro Barros

Fenajufe Em Pauta - Juíza, eu gostaria que a senhora falasse da reforma do Judiciário. Como a senhora acredita que ela deve ser levada agora pelo novo Congresso e pelo novo governo?

Salete Macalóz - Retomando um pouco de História, quando houve a elaboração da Constituição, o Poder Judiciário, segundo opinião abalizada de muitos, foi o Poder da Federação menos alterado pela última Constituição. Entre as alterações significativas estão a criação dos tribunais regionais federais, a transformação do Tribunal Federal de Recursos em Superior Tribunal de Justiça e a tentativa unânime de toda a Nação em fazer com que o Supremo, de fato, se transformasse meramente num tribunal constitucional.

Das reformas havidas pela Constituição, nós carregamos algumas heranças de todo o texto e mais aquela determinação que por cinco anos poderia se tocar na Constituição. Passados os cinco anos veio a famosa revisão constitucional, que era para ser feita de uma forma geral, não se conseguiu, e ela acabou sendo transformada na "reforma salame", porque foi fatiada. Neste ensejo é que se começa a falar de uma reforma do Poder Judiciário, exatamente baseado no argumento de que em 1988 o Poder Judiciário teria sido pouco alterado.

Todo o conteúdo da chamada reforma do Judiciário é uma reforma estrutural. É nisto, por exemplo, que se engana a população ao falar de democratização do Judiciário, de celeridade processual, porque esta reforma não chega ao processo, ao único lugar onde se pode garantir uma celeridade. Esta reforma chegou quase que nos seus finais no final do governo de FHC e aí, curiosamente, nós assistimos ao Senado decidir continuar votando a reforma como uma homenagem ao relator, como se pudéssemos homenagear parlamentares por simplesmente terem cumprido os seus deveres. Quem é o senador Bernardo Cabral para ter uma distinção em relação

a um conteúdo que ele não pode se aposar, pois há sugestões de vários segmentos dos profissionais de Direito? Graças à sistemática de final de ano e do açoamento do Congresso, esta reforma não foi votada na sua integralidade.

No início de uma legislatura, novos parlamentares, nova presidência, o que deve ser feito? A população como um todo, interessada no Judiciário, deve se opor a esta reforma e partir daquele convite feito pelo novo presidente da República, que todas as reformas necessárias serão feitas, mas depois de um amplo debate com a população.

Acredito que a reforma do Judiciário deve ser levada dentro da velha metodologia pela qual sempre batalhamos: nada pode ser feito a partir de pequenos grupos que, por força de autoridade política, se assehoram do Congresso e lá colocam suas idéias pessoais. Sempre disse que as sugestões têm que vir de baixo para cima e, se possível, sempre contempladas e aprovadas aquelas mais voltadas para o interesse dos destinatários da Justiça. A Justiça não existe, e isto deve ser um grande slogan de todo cidadão brasileiro, para o juiz! A Justiça não existe para ministro! A Justiça não existe para vaidades pessoais! A Justiça é um serviço destinado ao cidadão.

Outro aspecto que nós temos de deixar de lado neste momento é que o grande slogan do governo anterior para esta reforma é celeridade. Celeridade que estava posta nos Juizados Especiais, que já não existe lá também. É preciso que se leve em conta que processo tem um tempo como uma gestação tem um tempo, para ele sair bem resolvido. Então, precisamos pensar, muito mais do que em celeridade, em formas eficientes de solução.

Fenajufe Em Pauta - O ministro da Justiça já elegeu a reforma como uma das prioridades da pasta e disse que tem que começar do zero. Vai ser possível voltar atrás em vários pontos polêmicos já acertados pelos parlamentares?

Salete Macalóz - Acho que não precisa começar do zero a reforma do Judiciário, pois sempre se leva em conta uma trajetória já feita. Essa é a nossa prática, inclusive do dia-a-dia. Esta prática tem por trás se aproveitar o que tem de bom no que já foi feito para se ganhar tempo e desprezar por absoluto aquilo que não deve ser liberado. Portanto, é preciso deixarmos de lado as "minhas teses", os "meus entendimentos", e ver sempre o que é do interesse da cidadania.

Então, não é nem oito, nem oitenta. Nem zero, nem o projeto que está aí, mas alguma coisa que seja mais de acordo com o entendimento, a vontade e o interesse dos brasileiros, que foram tão desprezados nesse tempo todo.

Fenajufe em Pauta - Qual a mudança mais urgente a ser feita no Poder Judiciário?

Salete Macalóz - Particularmente acho que as reformas mais urgentes têm a ver com o processo. E nessas reformas cito acabar, reformar integralmente, a parte do CPC (Código de Processo Civil) que deu novo processamento ao agravo de instrumento, dando aos tribunais em segundo grau a possibilidade de criar a figura esdrúxula, estranhíssima, do efeito suspensivo ativo. É esta sistemática que acaba com o poder geral de cautela do juiz e que tem que ser imediatamente restaurada nos termos do velho CPC de 1973. Além disso, adotar medidas de celeridade no processo, como o fim e a impossibilidade de qualquer tipo de recurso em decisões interlocutórias. Aí o processo vai andar mais depressa, principalmente na Justiça Federal, e mais rapidamente chegaremos a uma sentença que, obviamente, pode ser recorrida. Enquanto corre com recurso lá encima, antecipa-se aqui os aspectos de execução. Isso pensando sempre no cidadão.

Fenajufe Em Pauta - O foro privilegiado para ex-ocupantes de cargos públicos em ações de improbidade administrativa, na sua opinião, vai dificultar as ações de combate à corrupção e o controle por parte do governo com o tratamento da coisa pública?

Salete Macalóz - O foro privilegiado é uma invenção bastante moderna. Gosto de repetir, a título de curiosidade, uma coisa que funcionava na época de Júlio César, na Roma clássica imperial, quando os seus governantes tinham mandatos anuais para exercerem as funções administrativas. Esses mandatos anuais, que ficavam a cargo dos políticos e que, em determinados momentos, chegavam a ficar nas mãos de três políticos, os chamados "triumviratos". A Constituição romana da época proibia a recondução imediata do líder político para outro mandato de um ano, devendo ficar, no mínimo, sem mandato por um ano, período no qual ele tinha que estar disponível para responder todos os processos que a população impetrasse contra ele. Na condição de cidadão comum ele respondia, em igualdade com um outro cidadão comum, pelos seus atos de administrador. Isto vigorou na Roma imperial há mais de dois mil anos atrás, onde havia uma proximidade de muito maior da cidadania em relação aos seus líderes.

E nós, ao invés de evoluirmos, estamos retrocedendo. Criamos a imagem de que os mandatos são de quatro anos, falando somente de presidente da República, porque isso é uma decisão parlamentar, mas ela tem um endereço próprio, um pedido próprio, afinal de contas, eu fico me perguntando como cidadã: por que o meu

representante no Congresso tem que ser "bonzinho" com um presidente que não foi nem um pouco "bonzinho" com os servidores públicos? Cadê a nossa simples correção de salários ao longo destes últimos oito anos? Cadê a nossa revisão anual, para não falarmos de tantas e tantas outras coisas? Ora, isso é negociável. Então eu permito que você tome posse, desde que você aprove, através de seus representantes no Congresso, um foro privilegiado.

Eu acho que a discussão nacional ainda não entrou no núcleo e eu vou empregar esses argumentos exatamente a vocês. Quais são: quando nós temos uma Justiça que tem duplo grau de jurisdição e os juízes de primeiro grau fazem concurso e são nomeados regularmente nos termos da lei para estas funções, estes juízes têm mesma autoridade e mesma credibilidade que qualquer juiz de segundo, terceiro e quarto grau. Ninguém no país, menos ainda o presidente da República, pode dizer que o juiz de primeiro grau é um foro menos credenciado que o STF. No entanto, embriagado não sei porque aspectos meramente políticos, nossos representantes, ao definirem como foro específico para ex-presidente da República o Supremo, nas entrelinhas da sua decisão, deram uma declaração para o país e para o mundo, de que a justiça de primeiro grau não é tão acreditada quanto o Supremo. Eu acho que neste ponto humilharam o STF, porque é um tribunal por eles acreditado como o melhor, mas que tem o dever de todo o dia revisar decisões de juízes que não são tão juízes assim, a ponto de não poderem julgar o cidadão chamado Fernando Henrique Cardoso. Acho que foi mais que definir o foro. Foi qualificar as instâncias judiciárias, humilhando-as todas. Por mais que possam se envaidecer os ministros dos tribunais superiores, achando que ali é uma instância privilegiada, negar ao cidadão a instância que lhe é própria é humilhar a cidadania brasileira, é declarar a desqualificação da Justiça no primeiro e segundo grau, conseqüentemente também desqualifica e humilha os tribunais superiores, porque é dever deles examinar processos de juízes desqualificados.

Quem pede o foro privilegiado está declarando, por outro lado, que também entende a Justiça em patamares. Não, não quero um juiz de primeiro grau, quero um ministro do Supremo! Por que? Tem um segundo aspecto embutido nas entrelinhas desta decisão, porque os ministros do Supremo Tribunal são nomeados diretamente pelo presidente da República e, conseqüentemente, ficam devendo favores? Vão julgar diferentemente? Por que este cidadão não tem tamanha coragem em relação aos seus atos e diz: eu enfrento qualquer tribunal e qualquer juiz porque eu sou o que fiz. Então, há uma con-

fissão indireta, uma confissão de culpa em relação a tudo que fez, porque está querendo um foro de aliados.

Só tem um jeito de acabar com toda esta imagem penitenciosa: acabar com o foro privilegiado, inclusive no curso do mandato. Você quer se eleger para presidente da República sabe que vai ter que descer a qualquer comarca do interior do país para responder ao processo que qualquer cidadão pode lhe impetrar. Ah, como é que eu vou governar o país? Governem em Direito que ninguém te processa.

Fenajufe Em Paula - *Há um certo descrédito da sociedade com relação à atuação do Poder Judiciário. Como o próprio Judiciário e o atual governo devem enfrentar essa situação para mudarem essa imagem? A reforma do Judiciário pode ser o primeiro passo?*

Salete Macalótz - O descrédito da Justiça, junto à população foi produzido com grandes campanhas midiáticas, em jornal, em televisão. Estas campanhas, inclusive, também investiram em relação a alguns juízes, daqueles em que se tenha algum fato objetivo, com uma contumênci-a bastante grande, em relação a outros

com belo ambiente para o cidadão brasileiro? Melhorar a imagem é mostrar este fato contido que nós temos. Se nós não temos espaço para mostrar este conteúdo vai ser muito difícil trabalhar esta imagem num que já foi calcada na população.

Fenajufe Em Fenajufe - *A maneira como o ex-presidente Fernando Henrique vinha indicando os ministros do STF causou um certo estranhamento entre os setores mais críticos da sociedade. Na sua opinião, como deve ser a escolha para que ela seja a mais democrática possível?*

Salete Macalótz - A maneira como o FHC indicava os seus ministros do STF não era uma maneira diferente dos presidentes anteriores. Do Sarney, do Iannar, do Collor, do João Figueiredo. Ainda existem ministros no Supremo Tribunal nomeados pelo Geisel. Quer dizer, tem ministro com-pletando vinte e nove anos de Supremo.

A maneira como ele escolheu é a maneira como todos os presidentes anteriores escolheram os ministros e que para a sociedade responde nos termos da Constituição. A Constituição diz que é da livre escolha do presidente da República dentre todos os brasileiros que preencherem três

ministro chefe, aquele é o ministro forte, coisas da prática anterior.

Primeiro, toda essa modalidade que a imprensa retona para o novo governo, que re-toma porque tem sido a prática dos governos anteriores, visa des-qualificar ou detregir o novo governo. O presidente tem autono-mia, inteligência e co-nchecimento o bastante para não ter entre os seus assessores nenhum que seja aquele que vai fazer as coisas no seu lugar.

Quando se trata de notório saber jurídico, ao longo da sua vida, como a pessoa provou e demonstrou notório saber jurídico? Que qualquer notório saber, isso se aprende dentro da vida acadêmica, não decorre exclusivamente de uma simples declaração a partir de uma pessoa apenas. O notório saber se compra por uma longa vida dedicada ao trabalho, que é jurídico, à redação de livros, artigos, petições, sentenças, aulas, palestras, conferências, ou seja, um círculo além do simples presidente da República saber que aquela pessoa é uma pessoa que conhece o assunto.

Uma outra prática, que acho que é importantíssima no crito, nos critérios para seleção, é que este notório saber jurídico não tenha sido aplicado, dirigido, numa vertente que favorece muito mais o econômico do que o social. Tem que verificar qual foi o seu trabalho, no que ele resultou, a quem ele favoreceu, se servia à ordem jurídica, se respeitava aqueles aspectos da ordem jurídica violados para a cidadania. Então, é pegar os critérios da Constituição, check-los em relação a cada pessoa, não num foro exclusivamente pessoal do presidente da República, mas ouvindo outras pessoas, até se for o caso uma primeira sabatina dentro do próprio Executivo, para depois levar para o Legislativo.

Fenajufe Em Paula - *Se fala muito em democratização do Judiciário e do Ministério Público. Em que consiste essa campanha?*

Salete Macalótz - Para mim a democratização do Judiciário passa por algumas coisas que eu já tenho dito com todas as letras e não tenho receio de repetir. Acho que precisamos mudar na Justiça, para que de fato ela seja democratizada, essa questão de cargos nomeados. E aí coloco a situação nesse patamar: o juiz só pode ser vitalício no cargo para o qual fez concurso. Cargo de nomeação mesmo, que a disputa seja entre lista triplíce, não pode ser vitalício, tem que ter mandato. Então, tem que ter mandato para os tribunais regionais, tem que ter mandato para os tribunais superiores e tem que ter mandato para o STF.

Enfim, democratização é colocar a princípio, culturalmente ou praticamente, alguns pingos nos is e começar a ver o que significa de verdade a possibilidade de interferência nesta escolha meritória. Que ela deixe de ser tão política, que é um



nome suave para o que acontece nos bastidores do jogo palaciano, e que ela passe a ser algo mais transparente diante deste contexto todo.

Fenajufe Em Paula - *De que maneira os magistrados e procuradores mais progressistas vão atuar caso a Lei de Moratória seja aprovada?*

Salete Macalótz - A Lei da Moratória não foi criada, inventada, para os mais progressistas, aqueles que sempre tiveram uma postura de esclarecer a população. Ela foi criada para aqueles casos não de pessoas importantes estão envolvidas em determinadas situações irregulares e não querem que detalhes do processo, principalmente pela boca do Ministério Público, sejam de domínio público.

No caso dos juízes já existe uma determinação legal que ele não pode se manifestar publicamente a respeito de um processo ainda não findo. Todos os juízes, dos menos progressistas aos mais progressistas, têm respeitado esta determinação e que ela deve continuar.

No caso do Ministério Público, não. O Ministério Público é parte. Então, não existe essa vedação que já existe para o juiz. E no caso, para os procuradores vai ser muito ruim, não do ponto de vista do progressista, mas do ponto de vista da acumulação de provas, de uma série de elementos que já podem, na medida que publicizados, inibir a conduta do imputado.

Sou contra a Lei da Moratória. Acho que numa sociedade que persegue a democracia, a construção de uma democracia cada vez mais aperfeiçoada, o Ministério Público, como advogados da sociedade, eles têm que esclarecer a sociedade o tempo inteiro, em todos os lugares. Afinal, como os atos dos representantes do povo no Parlamento são públicos e devem ser transparentes, não se pode criar por lei nenhuma vedação aos atos e à transparência do Ministério Público.

Eu não só acredito que vá ter uma reação dos procuradores, como espero que tenha. Que esta reação seja na mesma orientação daquela que nós falamos a respeito do foro privilegiado. Que se crie a Moratória por lei, que se tente desmanchar a Moratória também por lei. O Parlamento está lá, para fazer e destazer seus atos, com a devida e necessária compreensão da sociedade. Insisto em afirmar que o prejudicado com a Moratória não é o Ministério Público, sim a própria sociedade.



juízes que, por conta do conteúdo de suas decisões, em relação aos quais não se tem nenhum fator de idoneidade, aí se investem em relação a estes por aspectos políticos, ideológicos. São capazes até de inventarem algumas bobagens.

Uma das coisas, por exemplo, que a imprensa só abre espaço para falar de servidor público, principalmente agora do Judiciário, é para se referir ao servidor como o que ganha o melhor salário. Que é privilegiado. E que o trabalho é uma moleza. E no dia-a-dia eu perco a voz falando, mas infelizmente só falo para os próprios, dizendo que sou uma testemunha diária de servidores eficientes, dedicados, que continuam estudando, que continuam se aperfeiçoando, que cumprem as suas jornadas, que sofrem com o conteúdo do trabalho, vestindo de verdade, numa expressão popular, a camisa do interesse do Judiciário, do interesse do cidadão. Por que esta imagem não é apresentada num show de realidade, com bastante horas, com questões, com música e

requisitos: no mínimo trinta e cinco anos de idade, notório saber jurídico e ilibada reputação. Estes três requisitos são preenchidos, assim, por uns trinta mil brasileiros. Mas aí o que não é revelado para a população, que tem sido a sistemática anterior, é que até chegar ao nome daquela pessoa que é indicada para o cargo, existe todo um jogo, que falamos de jogo palaciano. Ele gira em torno de pressões, de pedidos e, quem sabe até, de troca de favores. Isto é que não pode mais sobreviver.

Eu acho que o novo governo não vai mudar essa história, não tem interesse. O novo governo tem que fazer, para essa rodada, e para todas rodadas de indicações, aquilo que tem sido a sua prática até chegar ao poder. Qual é a prática desse novo governo? Ele não gira, ele não vai atrás daquilo que a imprensa está querendo difundir no novo governo há meses: todo mundo é amigo do Lula. Agora Lula não é amigo do Lula, beltrano é amigo do Lula, esse é primeiro ministro, esse é o

Terceira edição do FSM vai apontar estratégias contra o neoliberalismo

Pela terceira vez consecutiva Porto Alegre se prepara para receber pessoas de diversas partes do Brasil e do mundo para participar do Fórum Social Mundial, de 23 a 28 de janeiro. Mais uma vez, a capital gaúcha será o foco das atenções de militantes de esquerda, de movimentos social, cultural, sindical, estudantil e de direitos humanos, ambientalistas e outros setores da sociedade civil organizada.

Esse ano, a expectativa dos organizadores do III Fórum Social Mundial é receber cerca de 100 mil pessoas, número bem maior que os das edições anteriores. Os debates, painéis, oficinas, seminários e mesas temáticas estarão distribuídas em três locais – PUC/RS, Ginásio Gigantinho e Armazéns do Cais Porto. Outras atividades também ocorrerão no Acampamento da Juventude, com capacidade para receber cerca de 30 mil pessoas.

Na pauta temas polêmicos como globalização, direitos humanos, reforma agrária, desenvolvimento sustentável, democratização da comunicação, combate às discriminações e ao trabalho infantil e escravo, comércio mundial e outros. O objetivo maior dessa edição é construir uma agenda internacional pela paz e contra a militarização e apontar estratégias para a construção de um mundo pós-neoliberal.

Em matéria publicada na revista *Fórum – Outro Mundo em Debate*, o assistente de direção da Associação Brasileira de ONG's, Marcos José Pereira, diz que o FSM vem se consolidando como um espaço de debate e troca de idéias e experiências. “A primeira edição veio para mostrar que outro mundo é possível sim e que muita gente busca construir uma sociedade mais justa e democrática, pautada por valores humanos. No segundo, a busca foi começar a propor e discutir alternativas para os diferentes setores. Agora, em 2003, queremos pensar em estratégias baseadas em alternativas de políticas públicas inovadoras para construir esse outro mundo possível”, define Marcos.

A origem dos conferencistas e debatedores é a mais variada possível. Nomes de grande visibilidade nacional e internacional, como Noam Chomsky, Ignácio Ramonet, Êmir Sader, Eugênio Bucci, João Pedro Stédile, Leonardo Boff, Beth Costa estarão presentes nas conferências e painéis debatendo propostas alternativas ao modelo neoliberal.

Fenajufe discute serviço público e questões do Judiciário

Além da programação oficial do III FSM, várias outras atividades paralelas estarão ocorrendo em Porto Alegre. Algumas delas são as oficinas e o seminário que a Fenajufe está promovendo, em parceria com outras entidades.

A primeira atividade é o seminário “Reforma Democrática do Serviço Público”, que



No II FSM, o diretor da Fenajufe e do Sintrajufe/RS, Cláudio Azevedo (centro), esteve na oficina que tratou de assuntos de interesses dos servidores

Marcela Corneli

Fenajufe promove junto com o Sintrajufe/RS, o Sindjers e o Sindjus/RS (Sindicato dos Servidores do Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul). Marcada para iniciar no dia 22, às 19h, e se estender até a tarde do dia 23, o seminário acontece no auditório das Varas Trabalhistas de Porto Alegre.

No primeiro painel do seminário – “Enunciados para uma Reforma Democrática no Serviço Público”, dia 22, às 19h, estão confirmadas a participação de Luiz Osório Rocha dos Santos, especialista em administração universitária e dirigente da Fasubra Sindical; Hilbert Davir, secretário da Prefeitura Municipal de Pelotas/RS; e Rogério Viola Coelho, assessor jurídico de vários sindicatos, como coordenador do painel.

O segundo painel (23/01, às 8h30) – “Reforma das Relações de Trabalho no Serviço Público – Sindicalismo e Negociação Coletiva”, vai contar com a presença do deputado federal Walter Pinheiro (PT/BA); do advogado, ex-secretário de Administração da Prefeitura Municipal do Recife e deputado federal eleito pelo PT de Pernambuco, Maurício Rands; de Gabriel Abascal, ex-dirigente da Comissões Obreras da Espanha; e da representante da CUT,

Lúcia Reis. O coordenador desse painel é o diretor da Fenajufe e do Sintrajufe/RS, Cláudio Azevedo.

O seminário se encerra com o painel “Reforma da Previdência e suas Repercussões”, no dia 23, às 13h30, que vai ter a participação do senador eleito pelo PT do Rio Grande do Sul, Paulo Paim; da advogada especialista em Previdência, Marilinda Marques Fernandes; e do assessor econômico da Anfip, Floreano José Martins. Esse painel será coordenado por Luis Geovanne Boavista Ferraz, secretário geral do Sindjus/RS.

No dia 24, pela manhã, acontece a oficina da Cnesf “O Estado e o Serviço Público”. Os debates da oficina serão abertos com a conferência “Serviço Público e Projeto Histórico”, com o sociólogo e professor da UERJ, Êmir Sader. Em seguida, será introduzido o tema “Reforma do Estado e suas Consequências para o Serviço Público”, dividido em cinco exposições com o sociólogo e assessor da Condsef, Eduardo Alves; os deputados federais Sérgio Miranda (PCdoB/MG) e Maurício Rands (PT/PE); e Roberto Leher, professor da UFRJ e ex-presidente do Andes

Oficinas Jurídicas

SPF's

Servidores federais mantêm pauta de reivindicações

Reunião ampliada no Fórum deverá definir atuação do movimento nacional em 2003

A escolha do novo procurador-geral da República entra na ordem do dia

Leonor Costa

Atentos à possibilidade de ocorrer uma mudança na conjuntura brasileira, os diversos setores da sociedade, entre funcionários públicos e privados, intelectuais, estudantes, artistas e líderes do movimento social organizado já estão preparando suas pautas com propostas inovadoras e, muitas vezes, polêmicas para apresentar ao novo governo. É o caso da Associação dos Servidores do Ministério Público Federal (ASMPF), que está iniciando a campanha, com o apoio da Fenajufe, por uma escolha mais democrática do futuro procurador-geral da República.

A proposta da ASMPF defende que a melhor maneira de estabelecer um processo mais democrático seria escolher uma lista tríplice, por meio de eleição direta, com a participação dos membros e dos servidores do Ministério Público da União. A eleição seria proporcional e a lista, como já ocorre, entregue ao presidente da República. O objetivo da entidade, conforme informou sua presidente Edilene Vasconcelos, é garantir que o presidente indique um dos nomes da lista, de preferência o mais votado, respeitando a escolha dos participantes.

O que pensam os procuradores

O motivo de todo esse trabalho levado adiante pela Associação é fácil de explicar. Além da expectativa de mudança que tomou conta do país desde o final do ano passado, com a entrada no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, os servidores aguardam a saída do atual procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, que está próxima de acontecer. O seu mandato acaba no dia 28 de junho de 2003 e os setores mais progressistas

do Ministério Público já estão pensando em alguns nomes para disputar o cargo.

O procurador da República, Luiz Francisco Souza, considerado um dos maiores aliados dos trabalhadores dentro do Ministério Público, faz coro à ASMPF quando o assunto é a participação dos servidores na escolha do próximo procurador-geral. "É importante que



Os subprocuradores Ela Wiecko e Cláudio Fonteles são os mais indicados para compor a lista tríplice

os servidores sejam ouvidos, para que com essa democratização a instituição se torne mais aguerrida e participativa, à medida que for levada em conta a subjetividade de centenas de pessoas", defendeu Luiz Francisco. No entanto, o procurador faz um alerta e chama a atenção para a importância de o escolhido promover a democratização interna. De acordo com ele, só assim é possível confiar se ele será realmente progressista.

A subprocuradora-geral da República, Ela Wiecko D'Castilho, uma das indicadas para disputar o cargo, acredita que tanto os membros do Ministério Público e os servidores podem indicar os nomes. Na sua avaliação, o mais importante é garantir que o presidente escolha um nome que saiba dialogar com os dois segmentos.

Quando à possibilidade de fazer uma única lista, com indicação dos membros e dos servidores, a subprocuradora vê dificuldade na viabilização. "Acho que tanto os membros quanto os servidores devem indicar suas listas, até porque o novo presidente vai dar atenção igual às duas." Mas Ela acredita que, pelo desejo de mudança de todas as partes, pode haver uma aproximação nos nomes escolhidos.

Outro cotado para participar da eleição é o subprocurador-geral Cláudio Lemos Fonteles, que acha importante a participação dos servidores, mas de outra forma que não seja indicando uma lista tríplice. Fonteles considera que a lista oficial deve ser a escolhida pelos membros do Ministério Público. Segundo ele, o procurador-geral da República precisa ter um conhecimento jurídico que os servidores não têm condições de identificar por estarem mais distantes das funções desempenhadas pelos procuradores.

O subprocurador, no entanto, acha que os servidores devem apresentar suas reivindicações e garantir um diálogo amplo com o procurador-geral. "O mais im-

portante é que os trabalhadores consigam impor uma interação. Cobrar uma posição do novo procurador-geral, que ele não se omita, que participe dos anseios de mudança e que se apresente junto na construção de uma sociedade mais justa e democrática", finalizou Cláudio Fonteles.

Fenajufe na campanha

A diretora da Fenajufe e servidora do Ministério Público Federal, Cristine Maia, lembra que a idéia de incluir os servidores na escolha do novo procurador-geral surgiu de algumas discussões feitas entre a diretoria da ASMPF e alguns funcionários da PGR com o procurador da República Luiz Francisco Souza. Nas várias reuniões para debater o assunto, a Fenajufe também deu sua contribuição, com a participação

da própria Cristine Maia. "A idéia é organizarmos uma eleição paralela a dos procuradores, de preferência com o apoio da ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República). Assim, os servidores entrarão de cabeça na discussão, já que o PGR trata de interesses de todos e não só dos membros", afirma Cristine.

De acordo com ela, as entidades representativas dos servidores farão uma pauta de reivindicações que será entregue a todos os candidatos aos cargos de procurador-geral. "Será, sem dúvida nenhuma, uma grande revolução dentro do MPU, pois jamais os servidores haviam participado de uma questão tão importante", finalizou a diretora da Fenajufe.

esclarecimento

Sobre a entrevista da edição de novembro do Fenajufe Em Pauta



Clécio Marques

A diretora da Fenajufe e servidora do MPF, Cristine Maia, acredita na participação dos trabalhadores

sintrajufe-rs

Orçamento Participativo: categoria elege prioridades

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Rio Grande do Sul (Sintrajufe/RS) vem realizando um trabalho inovador dentro do movimento sindical. Até o momento, se sabe apenas que o Sindjus/PR (servidores do judiciário estadual) já o implementou. Trata-se do Orçamento Participativo, que já está em seu segundo ano no sindicato. Com esse programa, a categoria define as ações prioritárias do sindicato e acompanha, de maneira mais participativa, a aplicação dos recursos da entidade.

Durante a segunda quinzena de novembro e a primeira de dezembro, a diretoria do Sintrajufe/RS percorreu o interior do estado, onde realizou plenárias regionais. Na avaliação da diretoria, a realização do Orçamento Participativo em 2001 foi um desafio, devido à grande agitação com a greve dos servidores pela revisão do PCS, às eleições do sindicato e às eleições gerais. Algumas das dificuldades apontadas pelo sindicato foi o pouco tempo para a realização das plenárias e o reduzido número de diretores liberados para atividades sindicais, o que dificultou a ida a algumas cidades.

No final do ano passado, foi realizada a Plenária Final, em Porto Alegre, com a participação dos conselheiros e delegados. Na oportunidade, foram votadas todas as sugestões das regionais que

não estavam na proposta apresentada pela diretoria do Sintrajufe. Para hierarquizar as prioridades das regionais, os conselheiros consideraram três critérios: número de sindicalizados, carência e prioridade temática da região. De acordo com o Sintrajufe, dessa forma é possível fazer a hierarquização das propostas e a elaboração do planejamento orçamentário.

"É importante destacar que as propostas aprovadas durante essa primeira etapa serão as prioridades do sindicato. Portanto, novas propostas só poderão ser incluídas como complemento e desde que não comprometam o que já foi aprovado", ressalta a diretora do Sintrajufe/RS, Silvana Klein. Segundo ela, a vantagem de uma segunda rodada é a adequação da previsão orçamentária, "inclusive porque não sabemos como será o impacto inflacionário durante esse ano".

A avaliação final da diretoria do sindicato é a de que a reunião de pessoas de diferentes regiões do estado, mostrando as diversas realidades do Judiciário Federal gaúcho, é o que enriquece os debates no processo do Orçamento Participativo. Durante a discussão das novas propostas apresentadas pelas regiões, foram explicitadas as reivindicações da categoria. Entre elas, o aumento do quadro funcional do Judiciário e a democratização das relações de trabalho.

Nota de apoio à Juíza Presidente do TRT da 22ª Região

sintrajusc-sc

Sindicato tem nova diretoria

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal em Santa Catarina (Sintrajusc) está sob nova direção. A chapa "Unidade", eleita no pleito realizado em novembro, tomou posse em 10 de dezembro, em Assembléia Geral realizada na rampa do TRT, em Florianópolis.

Além dos servidores do Judiciário, sindicalistas de outras entidades e representantes da CUT também marcaram presença na cerimônia de posse. O Sintrajusc avalia que a posse foi realizada em meio ao clima de transição e esperança que permeia o país, reafirmando ainda mais o compromisso da categoria com os rumos do Brasil.

Uma única chapa concorreu às eleições do Sintrajusc. Com o nome de Unidade, o grupo foi resultado da articulação entre servidores dos três setores do Judiciário, que trabalharam para contemplar todas as opiniões políticas dentro da categoria e garantir a pluralidade do sindicato. A nova direção apresenta pelo menos 60% de renovação em seus quadros em relação à última gestão. Além da dire-



Nova diretoria em solenidade de posse

ção, também foi eleito um novo Conselho Fiscal, para o qual também concorreu uma única chapa.

A direção que tomou posse assumiu como desafio integrar ainda mais a categoria em todo o estado, dando atenção especial ao interior e à realização de fóruns ampliados. No último Congresso do Sintrajusc foram criados cinco novos cargos, todos de caráter regional, e a direção passa agora a contar com 18 membros. Seu mandato vigora até dezembro de 2005.